

(RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 028 DE 14 DE JULHO DE 2005)

ANEXO I

MANUAL DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

O formulário do plano de trabalho contém informações pertinentes à execução das ações de formação de alfabetizadores e alfabetização de jovens e adultos e incorpora questões pedagógicas.

Um plano de trabalho inclui não apenas questões operacionais, mas também concepções e valores relacionados à educação de todos os envolvidos: expectativas, sonhos e esperanças dos alfabetizandos; saberes e princípios metodológicos dos alfabetizadores; formas de articulações locais e visão da realidade econômica, política e cultural, entre outras, dos gestores das entidades.

Portanto, o Departamento de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (DEJA/SECAD/MEC) destaca a relevância da elaboração de um plano de trabalho que represente também a dimensão social, cultural, ética e política da alfabetização de jovens e adultos.

O caráter democrático da educação escolar enquanto serviço público, de direito de todos e dever do Estado, fundamenta o valor educativo do diálogo e da participação dos alfabetizandos e alfabetizadores como sujeitos detentores de saberes que devem ser considerados. Atitudes que traduzem as novas contribuições das teorias educacionais e concretizam as propostas da Declaração de Hamburgo (1997) onde se lê que "... a alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser um requisito básico para a educação continuada durante a vida".

Nesse sentido, essas orientações têm por objetivo nortear a elaboração do plano de trabalho, no que se refere às questões pedagógicas, que será apresentado ao Ministério da Educação. É importante, para o alcance dos objetivos do Programa Brasil Alfabetizado, definir e formular criticamente a justificativa do projeto e o detalhamento das Ações.

I - JUSTIFICATIVA DO PROJETO (ANEXO 2)

Na elaboração do plano de trabalho é importante realizar um diagnóstico da realidade local e dos alfabetizandos, como subsídio para identificar o perfil dos interlocutores e da localidade de abrangência das ações. Além disso, observe a compatibilidade entre os dados informados e as fontes disponíveis e oficiais, assim como a viabilidade de execução, a clareza e a consistência da argumentação.

Para a elaboração da Justificativa do plano de trabalho, considere:

1. perfil populacional, social, econômico, educacional e cultural da localidade de abrangência do plano pedagógico;

2. total de pessoas não alfabetizadas com 15 anos e mais, em número absoluto e percentual, de acordo com o Censo 2000 – IBGE;
3. estratégias para encaminhamento dos Alfabetizandos aos cursos de Educação de Jovens e Adultos da rede de ensino local.
4. articulação e integração com outras iniciativas, como ações e projetos vinculados ao mundo do trabalho e práticas de leitura, especialmente ações de educação de jovens e adultos.

O plano de trabalho que apresentar inclusão de segmento social específico (populações indígenas - bilíngües, fronteiriças ou não; populações do campo - agricultores familiares, agricultores assalariados, trabalhadores rurais temporários, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores artesanais e trabalhadores da pesca, remanescentes de quilombos; população carcerária; jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas; pais de beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); pessoas com necessidades educacionais associadas à deficiência) deve explicitar a demanda a ser atendida e ter o cuidado de apresentar as especificidades no atendimento destes segmentos, na metodologia adotada.

No caso do segmento de pescadores artesanais e trabalhadores da pesca, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República disponibilizará o Projeto Pedagógico do Programa “Pescando Letras”, visando a sua implementação ou subsidiando a elaboração dos projetos educacionais dos parceiros locais.

A Fundamentação do plano de trabalho é a base conceitual que sustentará as ações de “formação de alfabetizadores” e “alfabetização de jovens e adultos”. Compõe-se de Referencial Teórico, descrevendo as linhas teóricas de pensamento, fundamentos e princípios que embasam as ações e seus principais autores.

Tendo em vista as preocupações com o acompanhamento e a avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, a DEJA/SECAD/MEC estima ser necessário que as entidades explicitem as estratégias, instrumentos, recursos materiais e humanos para acompanhamento e avaliação das ações do programa.

O planejamento e a execução do sistema de acompanhamento e avaliação das ações previstas no plano e trabalho exigem uma clara definição dos objetivos, das metas e dos mecanismos voltados para a solução dos principais problemas que podem afetar o seu desenvolvimento. Solicitamos a descrição da estrutura organizacional e funcional da entidade para executar, acompanhar e avaliar as ações de Alfabetização, Formação Inicial e Formação Continuada.

II - DETALHAMENTO DAS AÇÕES (ANEXO 3)

AÇÃO 1 - DETALHAMENTO DA AÇÃO DE FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES

A metodologia para a formação dos alfabetizadores deverá ser coerente com o referencial teórico apresentado na justificativa do plano de trabalho. É importante que as temáticas da formação inicial e continuada possam refletir as seguintes questões: Identificação dos sujeitos envolvidos (quem são eles, quais são seus interesses e suas expectativas); história da educação de jovens e adultos; concepções sobre alfabetização de jovens e adultos no Brasil e suas

respectivas metodologias; processo histórico-cultural de humanização (relação homem, natureza e cultura); metodologias de formação de leitores e práticas sociais de leitura; construção da língua oral e escrita na alfabetização de jovens e adultos (como os alfabetizadores ensinam e como os alfabetizados aprendem); função social da leitura e da escrita da matemática e outros campos do conhecimento; registro e avaliação da aprendizagem; temáticas específicas demandadas pelo Programa Brasil Alfabetizado, a exemplo da “Orientação para obter o registro civil – Manual do alfabetizador/2004”; o que muda na vida dos sujeitos após o processo de alfabetização.

O material didático para formação do alfabetizador deverá estar de acordo com os princípios metodológicos adotados para formação e os trabalhados nas turmas de alfabetização.

Além de explicitar a concepção de avaliação adotada, assim como suas formas e seus instrumentos, vale considerar na avaliação dos alfabetizadores aspectos como: engajamento e compromisso social; dedicação aos estudos e à formação; valorização e participação da reflexão coletiva; aspectos de assiduidade e pontualidade.

Os alfabetizadores serão orientados pelo coordenador técnico-pedagógico para mobilização e encaminhamento dos alfabetizados para cursos de Educação de Jovens e Adultos. Neste sentido, procedimentos e instrumentos de encaminhamento deverão ser planejados.

Com base no artigo 19, § 1º, desta Resolução, a entidade enviará à SECAD/MEC relatório da formação inicial e continuada de alfabetizadores, informando: entidade executora, dados dos instrutores, carga horária, período e local, conteúdo abordado, referência bibliográfica, metodologia, avaliação, dificuldades, problemas enfrentados, soluções encontradas, sugestões e propostas.

AÇÃO 2 - DETALHAMENTO DA AÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Nos primeiros encontros é necessário que o alfabetizador conheça o grupo que irá alfabetizar. Dessa maneira, é importante fazer um diagnóstico inicial, considerando a importância do conhecimento e da experiência dos alfabetizados, reconhecendo o valor cultural de suas linguagens e a especificidade do aluno jovem e adulto nos procedimentos utilizados na alfabetização.

Para o processo de alfabetização inicial têm-se como expectativas principais possibilitar ao alfabetizando ler, compreender e produzir textos simples, de diferentes tipos e finalidades; utilizar textos com diferentes funções da linguagem (referencial, apelativa, emotiva, poética, metalingüística); ler e escrever números – preços, datas, horários, medidas; utilizar as operações matemáticas em seu cotidiano – pagamento, cálculo de troco, salário, parcelamento; participar de debates sobre diferentes assuntos de interesse da comunidade e de seu interesse próprio; ter acesso a outros campos do conhecimento.

É imprescindível reconhecer as necessidades e singularidades dos diferentes sujeitos, para manter a coerência e adequação da metodologia à realidade dos alfabetizados.

A metodologia adotada para a ação de alfabetização de jovens e adultos deve estar em consonância com o perfil do público alvo, considerando, inclusive,

os segmentos sociais específicos, citados na Justificativa do projeto. As turmas de alfabetização de jovens e adultos que atenderem o segmento específico de pessoas com necessidades educacionais associadas à deficiência, sob a responsabilidade da entidade, deverão contar com as condições que garantam a oferta de Tradutor de Libras, em turmas que tiverem pessoas com deficiência auditiva e materiais didáticos específicos tais como: produção em Braille orientada à alfabetização de pessoas com deficiência visual, textos ampliados para pessoas com visão reduzida, textos apropriados para pessoas com deficiência mental e Dicionários de Libras e de Língua Portuguesa.

Além de valorizar informações úteis e pertinentes para os dias atuais, o processo de alfabetização deverá ser trabalhado de forma contextualizada, articulando as diferentes áreas do conhecimento, a fim de que os alfabetizandos fortaleçam sua condição de sujeitos atuantes no ambiente social, econômico e cultural. Nesse sentido, os materiais e recursos didáticos utilizados deverão ser citados no detalhamento da ação de alfabetização do plano de trabalho.

A concepção de avaliação de aprendizagem adotada, suas formas e instrumentos deverão ser apresentados no detalhamento da ação de alfabetização do plano de trabalho, visando o alcance dos objetivos almejados.

É necessário o registro, pelo alfabetizador, do desenvolvimento da aprendizagem por meio de relatos de acompanhamento individual e produções dos alfabetizandos a fim de redimensionar as ações de intervenção.

O alfabetizador arquivará, mensalmente, na entidade, pelo menos uma produção escrita de cada um de seus alfabetizandos, que serão utilizadas na elaboração do relatório parcial da alfabetização. O relatório deverá registrar o andamento da execução até o 4º mês (planejamentos, programações, dificuldades e soluções encontradas ao longo do processo, assim como registros audiovisuais: fitas cassete, vídeo, fotografias, para contribuir na sistematização e avaliação do processo e subsidiar as ações de monitoramento, acompanhamento e avaliação), conforme estabelecido no artigo 19, § 1º desta Resolução. Os alfabetizadores serão parceiros na elaboração do relatório, considerando o desempenho e frequência dos alfabetizandos.

A entidade enviará à SECAD/MEC um relatório final das ações, conforme artigo 19, § 2º desta Resolução, no qual constará a quantidade de jovens e adultos alfabetizados e, posteriormente, encaminhamento para EJA; o número de evadidos e de não alfabetizados, assim como o procedimento adotado em relação à evasão e a não alfabetização.